

## NOTA TÉCNICA DE RECONHECIMENTO E RETIFICAÇÃO 001/2025

EDITAL N° 01/2025 - EDITAL DE FOMENTO A AÇÕES CULTURAIS  
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - CRUZ/CE

A EMPRESA PR SOLUÇÕES & SERVIÇOS, PRESTADORA DE SERVIÇOS, CONTRATADA ATRAVÉS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 2025.01.10.001, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ, POR MEIO DA SECRETARIA DE CULTURA TORNA PÚBLICO NOTA TÉCNICA DE RECONHECIMENTO E RETIFICAÇÃO.

**INTERESSADAS:** Letícia Sousa Albuquerque e Isadora Silva Carvalho

**UNIDADE TÉCNICA:** Comissão Técnica de Avaliação - PNAB/Cruz-CE

**CONSIDERANDO** O EDITAL N° 01/2025 DE FOMENTO A AÇÕES DA LEI N°14.399/2022 (POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC);

**CONSIDERANDO** QUE O REFERIDO EDITAL PREVIA, EM SEU **ITEM 12.5**, QUE SERIAM APROVADAS AS PROPOSTAS COM MAIOR PONTUAÇÃO, RESPEITADA A QUANTIDADE DE VAGAS POR CATEGORIA E OS LIMITES DE INVESTIMENTO;

**CONSIDERANDO** O QUE DISPÕE O DECRETO N° 11.740/2023 (DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DA LEI ALDIR BLANC);

**CONSIDERANDO** O DECRETO N° 11.453/2023, (QUE DISPÕE SOBRE OS MECANISMOS DE FOMENTO DO SISTEMA DE FINANCIAMENTO À CULTURA);

**CONSIDERANDO** O RESULTADO PRÉ-LIMINAR EMITIDO DIA 06 DE MARÇO DE 2025;

**CONSIDERANDO** O QUE DISPÕE O CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 2025.01.10.001;

**CONSIDERANDO** QUE, NA CATEGORIA TEATRO - CURSO DE FORMAÇÃO EM TEATRO, FOI DISPONIBILIZADA APENAS 01 (UMA) VAGA, COM VALOR INDIVIDUAL DE R\$ 10.000,00;

**CONSIDERANDO** QUE NO RESULTADO PRELIMINAR HOMOLOGADO E PUBLICADO CONSTAM AS SEGUINTE PONTUAÇÕES:

- LETÍCIA SOUSA ALBUQUERQUE: 38 PONTOS
- ISADORA SILVA CARVALHO: 33 PONTOS

**CONSIDERANDO** QUE, MESMO DIANTE DA PONTUAÇÃO SUPERIOR DE LETÍCIA SOUSA ALBUQUERQUE, O PARECER TÉCNICO FINAL, POSTERIORMENTE PUBLICADO, INDICOU INDEVIDAMENTE COMO PROPOSTA SELECIONADA A DE ISADORA SILVA CARVALHO, JUSTIFICANDO SUA APROVAÇÃO E DESCONSIDERANDO A ORDEM CLASSIFICATÓRIA;

**CONSIDERANDO** QUE O EQUÍVOCO CONSTANTE NO PARECER AFRONTA O DISPOSTO NO EDITAL QUANTO À VINCULAÇÃO OBJETIVA AO CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO E CONTRARIA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE, ISONOMIA, IMPESSOALIDADE E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, TODOS PREVISTOS NO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

**CONSIDERANDO** QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POSSUI O DEVER DE ANULAR OS ATOS EIVADOS DE VÍCIO, CONFORME PREVISTO NO ART. 53 DA LEI Nº 9.784/1999, BEM COMO O DEVER DE CORREÇÃO DE ATOS QUE POSSAM GERAR IRREGULARIDADES NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS;

**CONSIDERANDO**, AINDA, QUE APESAR DO EQUÍVOCO CONSTANTE NO PARECER FINAL, O PAGAMENTO FOI CORRETAMENTE REALIZADO À PROPONENTE QUE OBTVEU A MAIOR PONTUAÇÃO NA CATEGORIA, CONFORME PREVISTO NO RESULTADO PRELIMINAR DEVIDAMENTE PUBLICADO, O QUE REFORÇA A NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO FORMAL DO PROCESSO, COM VISTAS À PRESERVAÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA, DA TRANSPARÊNCIA E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA;

**CONSIDERANDO** QUE, NOS TERMOS DO ITEM 12.6 DO EDITAL PNAB CRUZ-CE, CABERIA RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR NO PRAZO DE 01 (UM) DIA ÚTIL A CONTAR DE SUA PUBLICAÇÃO, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO(A) PROPONENTE ACOMPANHAR AS ATUALIZAÇÕES OFICIAIS, E NÃO HAVENDO REGISTRO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO QUANTO À PONTUAÇÃO OU À ORDEM CLASSIFICATÓRIA DIVULGADA, RESTANDO ASSIM PRECLUSA QUALQUER DISCUSSÃO POSTERIOR SOBRE A VALIDADE DO RESULTADO PRELIMINAR;

**TORNA PÚBLICA** o reconhecimento do equívoco material constante no parecer final referente à categoria "Teatro - Curso de Formação em Teatro", no âmbito do Edital PNAB Cruz-CE, o qual, apesar de ter justificado a aprovação da proposta de Isadora Silva Carvalho, divergiu da pontuação oficialmente

publicada no resultado preliminar, que apontava Letícia Sousa Albuquerque como a proponente com maior nota e, portanto, legítima selecionada.

Ressalte-se, contudo, que o pagamento foi devidamente realizado à proponente correta - Letícia Sousa Albuquerque - em conformidade com o resultado preliminar, não havendo prejuízo na destinação dos recursos públicos, sendo esta Nota Técnica publicada com o objetivo de sanar a desconformidade formal identificada, garantir a devida coerência entre os atos administrativos e preservar os princípios que regem a Administração Pública.

## **I - FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA**

A presente Nota Técnica tem por objetivo sanar equívoco identificado no parecer final publicado referente à categoria Teatro - Curso de Formação em Teatro, constante do Edital Público PNAB Cruz-CE, no que tange à incoerência entre a fundamentação técnica apresentada no parecer e a ordem de classificação divulgada no resultado preliminar oficial, publicado conforme as regras editalícias.

### **1. Dos critérios objetivos definidos no edital**

Nos termos do item 12 do edital e seguintes, restou expressamente consignado os critérios de pontuação:

Ainda no edital, verifica-se que a categoria Teatro - Curso de Formação em Teatro previa:

- Número máximo de propostas apoiadas: 01 (uma);
- Valor por proposta: R\$ 10.000,00.

Portanto, a proposta a ser aprovada deveria obrigatoriamente ser aquela com maior pontuação, nos termos da regra vinculante expressa.

### **2. Do resultado preliminar publicado**

Conforme o documento oficial intitulado "RESULTADO PRELIMINAR PNAB OFICIAL",

constam os seguintes dados na referida categoria:

Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PONTUAÇÃO	RESULTADO
ON-398992451	FERNANDA CAMPOS COUTINHO	28	PRÉ-SELECIONADO
ON -1672636885	KONRADO DE FRANÇA AKAO	20	NÃO-SELECIONADO
ON -356991193	MARIANE SILVA DOS SANTOS	38	PRÉ-SELECIONADO

  

CATEGORIA - MÚSICA			
REALIZAÇÃO DE FESTIVAL DE BANDAS E MÚSICA E ORQUESTRA			
Nº MÁXIMO DE PROPOSTAS APOIADAS: 01			
VALOR POR PROPOSTA: R\$25.000.000			
INVESTIMENTO TOTAL: R\$ 25.000,00			
Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PONTUAÇÃO	RESULTADO
ON-345390277	FRANCISCO IZALTON OLIVEIRA	36	PRÉ-SELECIONADO
ON -592794392	LUCIANA DANTAS GOMES DA SILVA	25	NÃO-SELECIONADO
ON-115580699	MAURICIO FARIAS DOS SANTOS	33	PRÉ-SELECIONADO

  

CATEGORIA -TEATRO			
CURSO FORMAÇÃO EM TEATRO			
Nº MÁXIMO DE PROPOSTAS APOIADAS: 01			
VALOR POR PROPOSTA: R\$10.000,00			
INVESTIMENTO TOTAL: R\$ 10.000,00			
Nº INSCRIÇÃO	PROONENTE	PONTUAÇÃO	RESULTADO
ON-775032193	ISADORA SILVA CARVLHO	33	PRÉ-SELECIONADO
ON-187638619	LETICIA SOUSA ALBUQUERQUE	38	PRÉ-SELECIONADO

  

SECRETARIA DE CULTURA		PREFEITURA DE CRUZ	

FUNDO DE CULTURA DO MUNÍCIPIO DE CRUZ  
CNPJ:37.675.878/000-37

Apesar de ambas constarem como “pré-selecionadas”, apenas uma proposta poderia ser aprovada. Dessa forma, a classificação e consequente aprovação deveriam recair exclusivamente sobre a proponente com maior pontuação: Letícia Sousa Albuquerque.

### 3. Do equívoco constante no parecer

Ao se analisar o documento “PARECER GERAL AOS PROJETOS APRESENTADOS POR CATEGORIA”, constata-se que:

- O parecer reconhece os dois projetos como "pré-selecionados";
- No entanto, ao fundamentar a escolha final, aponta a aprovação da proposta de Isadora Silva Carvalho, apesar de sua pontuação ser inferior;
- A justificativa dada no parecer não guarda correspondência com os critérios objetivos e vinculantes definidos no edital, especialmente o item 12.5.

Trata-se, portanto, de vício de legalidade e desconformidade com o resultado preliminar, o qual deveria ter sido seguido pelo parecer final. Ainda que o juízo técnico-qualitativo seja permitido, no presente caso, o edital não conferiu margem de subjetividade para seleção fora da ordem de pontuação.

#### **4. Do dever de vinculação ao instrumento convocatório**

A jurisprudência consolidada dos Tribunais e da doutrina administrativa brasileira é firme no sentido de que:

"O instrumento convocatório faz lei entre as partes e vincula a Administração, que não pode dele se afastar sob pena de nulidade do ato."

**"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO ADMINISTRATIVO - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. CONVOCATÓRIO. 1 - O edital é a lei interna do procedimento licitatório, sendo imprescindível a observação e cumprimento de seus requisitos. 2 - Tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, cabe à Administração Pública e seus administrados procederem aos limites do edital, sob pena de**

nulidade do procedimento licitatório.

(TJ-MG - Agravo de Instrumento: 2006494-04.2023.8.13 .0000, Relator.: Des.(a) Jair Varão, Data de Julgamento: 23/11/2023, 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/11/2023)

**MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - DESCLASSIFICAÇÃO - INOBSERVÂNCIA AO EDITAL - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.** 1. "O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório" (STJ, 2.ª Turma, REsp. n.º 595.079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 22.09 .2009). 2. Ausente direito líquido e certo a ser amparado na via mandamental. 3. Ordem denegada. Agravo Interno prejudicado.

**ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.** 1. A observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida que se impõe, interpretado este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os requisitos estabelecidos nas regras editalícias devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação do concorrente, nos termos do art. 43, inciso IV, da Lei nº 8666/93. 2. Agravo de instrumento improvido.

(TRF-4 - AG: 50132325420144040000 5013232-54.2014.404.0000, Relator.: FERNANDO QUADROS DA SILVA, Data de Julgamento: 20/08/2014, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D .E. 21/08/2014)

Além disso, o princípio da vinculação ao edital é corolário do princípio da legalidade (CF, art. 37, caput), sendo vedado à Administração escolher candidatos de forma diversa daquela prevista expressamente nas regras da seleção.

No caso concreto, o parecer contrariou frontalmente o edital, tornando-se parcialmente inválido quanto à sua conclusão, que indicou aprovação de candidata com menor pontuação.

#### **5. Da correção do equívoco e preservação do interesse público**

Apesar do vício formal no parecer, o pagamento foi corretamente realizado à proponente com maior pontuação, Letícia Sousa Albuquerque, conforme registro documental e financeiro da gestão, em conformidade com o resultado preliminar oficial.

Portanto, o mérito do pagamento não necessita ser revisto; contudo, a regularização formal do parecer se impõe, a fim de garantir:

- A coerência entre os atos administrativos;
- A segurança jurídica;
- A transparência e a rastreabilidade da decisão pública;
- A obediência ao princípio da autotutela administrativa, consagrado no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, que autoriza a Administração a anular os atos viciados.

#### **6. Da ausência de impugnação ao resultado preliminar**



Nos termos do item 12.6 do Edital nº 01/2025, foi garantido a todos os participantes o direito ao contraditório e à ampla defesa por meio da possibilidade de interposição de recurso contra o resultado preliminar no prazo de 01 (um) dia útil a contar de sua publicação.

Contudo, não houve registro de qualquer recurso interposto questionando a pontuação atribuída ou a ordem classificatória publicada, especialmente no que se refere à categoria "Teatro - Curso de Formação em Teatro".

Dessa forma, operou-se a preclusão administrativa, não sendo mais admissível contestar a validade da pontuação divulgada. A ausência de impugnação consolidou o resultado preliminar, tornando-o ato jurídico perfeito, e reforça ainda mais a necessidade de adequação formal do parecer final, exclusivamente para alinhar a motivação com a realidade já consolidada e corretamente executada pela Administração.

## 6. Conclusão da Fundamentação

Diante de todo o exposto, resta evidente que:

- A candidata Letícia Sousa Albuquerque, detentora da maior pontuação (38 pontos), é a legítima selecionada;
- O parecer final incorreu em erro substancial, ao indicar a candidata com menor pontuação como aprovada;
- O pagamento foi corretamente realizado à candidata que deveria ser selecionada;
- Há necessidade de retificação formal do parecer, com a consequente publicação de errata, sem necessidade de modificação no mérito da execução dos recursos.

## II - ENCAMINHAMENTOS E RECOMENDAÇÕES

Diante de todo o exposto, esta Unidade Técnica recomenda e encaminha:

1. **O reconhecimento formal do equívoco material** constante no parecer final da categoria "Teatro - Curso de Formação em Teatro", do Edital nº 01/2025 - PNAB Cruz/CE, que, apesar de ter justificado a aprovação da proposta de Isadora Silva Carvalho, divergiu da ordem



classificatória oficial divulgada no resultado preliminar;

2. **A publicação imediata de errata ou nota de retificação** do parecer final, de forma a registrar, para fins de coerência documental e transparência administrativa, que a proponente corretamente selecionada e beneficiária dos recursos foi **Letícia Sousa Albuquerque**, detentora da **maior pontuação (38 pontos)**, conforme resultado preliminar publicado e não impugnado;
3. **A manutenção integral dos efeitos do pagamento já realizado**, reconhecendo sua regularidade e legalidade, uma vez que foi destinado à candidata que efetivamente cumpriu os critérios de seleção previstos no edital, não havendo prejuízo à Administração nem desvio de finalidade na aplicação dos recursos;
4. **O registro da presente Nota Técnica nos autos do processo administrativo** correspondente ao Edital nº 01/2025, como medida de correção, controle e registro formal da retificação promovida, em cumprimento ao princípio da autotutela administrativa (art. 53 da Lei nº 9.784/1999), à boa-fé, à publicidade e à moralidade;
5. **A ampla divulgação desta Nota Técnica**, especialmente junto aos meios oficiais utilizados no edital (site da Prefeitura de Cruz/CE e Mapa Cultural do Ceará), assegurando o conhecimento público da retificação formal e da lisura do processo de seleção.

Com isso, finaliza-se esta Nota Técnica, que se apresenta como instrumento de controle, correção e zelo com a aplicação de recursos públicos, **sem gerar qualquer revogação ou nulidade de pagamento já realizado**, mas tão somente para **sanar a desconformidade formal identificada** entre a motivação do parecer e os atos administrativos válidos e eficazes já praticados.

Pacujá/CE, 01 de julho de 2025

---

PAULO ROMULO LOPES RIBEIRO  
REPRESENTANTE LEGAL  
PR SOLUÇÕES & SERVIÇOS  
17.160.834/0001-67